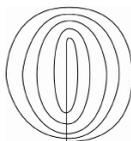


# PERFORMATIVOS

EDIÇÃO DE 2020 do

## COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2018-2021 FCT Project PTDC/ FER-FIL/28442/2017



Editado por  
Ricardo Santos e Pedro Galvão

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica  
Copyright © 2020 do editor  
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa  
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Performativos  
Copyright © 2020 do autor  
Marco Ruffino e Luiz Arthur Pagani

Todos os direitos reservados

### **Resumo**

O termo *performativo* foi originalmente introduzido por Austin (1962) para designar usos de sentenças que não são descritivos, i.e., não têm como propósito geral descrever fatos do mundo, apesar de apresentarem o formato assertivo. Estes usos especiais seriam antes responsáveis por executar uma ação, e não propriamente descrevê-la. Proferimentos performativos podem ser distinguidos daquilo que Austin chama de proferimentos *constatativos*, i.e., aqueles nos quais, como o termo diz, apenas se constata ou se descreve um fato. Segundo Austin, no caso de proferimentos performativos, em lugar de falarmos de condições de verdade seria mais apropriado falar daquilo que ele chama de *condições de felicidade*. O propósito deste artigo é oferecer uma visão panorâmica do fenômeno dos enunciados performativos, bem como dos principais tratamentos que apareceram na literatura tanto em filosofia quanto em linguística (i.e., tanto o de Austin propriamente quanto os subsequentes).

### **Palavras-chave**

Performativos, constatativos, condições de felicidade, Austin, Hipótese Performativa.

### **Abstract**

The term *performative* was originally introduced by Austin (1962) to designate uses of sentences that are not descriptive, i.e., do not have the general purpose of describing facts in the world, despite the fact that they have assertoric form. These special uses correspond rather to the performance of a special kind of actions, instead of just describing them. Performative utterances can be distinguished from those that Austin calls *constative*, i.e., those in which we merely describe a fact. According to Austin, in the case of performative utterances, instead of truth conditions, it would be more appropriate to talk of what he calls *felicity conditions*. The purpose of this article is to offer an overview of the phenomenon of performative utterances, as well as of the most important accounts of it in the literature both in philosophy and in linguistics (i.e., both Austin's and subsequent accounts).

### **Keywords**

Performative, constative, felicity conditions, Austin, Performative Hypothesis.

# Performativos

## 1 Introdução

O termo 'performativo' foi introduzido pelo filósofo John Langshaw Austin (1962, 1979) para ressaltar uma característica de alguns usos (proferimentos) de sentenças que parecem surpreendentes para aqueles que seguem a tradição majoritária em filosofia da linguagem do século XX.<sup>1</sup> Segundo esta tradição, a função primária de sentenças declarativas é a de expressar conteúdos verdadeiros ou falsos. Intimamente conectada com esta visão é a tese de que o objetivo primário de sentenças declarativas é o de descrever fatos do mundo independentes do próprio uso linguístico: se o fato existir, a sentença (ou seu proferimento) é verdadeira, e se o fato não existir, é falsa. Podemos tornar esta tese um pouco mais adequada falando da função e objetivo primários não propriamente das sentenças elas mesmas, mas sim de seu emprego em contextos determinados, empregos estes que são normalmente chamados de *proferimentos*. Diremos então que, para esta tradição, a função primária de proferimentos de sentenças é expressar conteúdos verdadeiros ou falsos, e seu objetivo primário é descrever fatos do mundo que existem (ou não) independentemente do proferimento.

Austin chamou a atenção para enunciados do seguinte tipo (nas condições indicadas):

- (1) Eu vos declaro marido e mulher [dito pelo padre ao final da cerimônia de casamento católico].
- (2) Eu aposto cem Euros que o Milan será campeão.
- (3) Eu condeno o réu [dito pelo juiz ao final de um julgamento].

Há três características marcantes destes proferimentos, segundo Austin. A primeira é que eles não parecem descrever fatos que existem (ou deixam de existir) independentemente no mundo, mas são antes um tipo peculiar de *ação* (a de instituir um matrimônio (perante a Igreja

<sup>1</sup> Esta tradição remonta ao trabalho de Frege, e inclui filósofos como Russell, o primeiro Wittgenstein, Tarski, Carnap, Quine e Davidson, para citar apenas alguns.

Católica), a de apostar, a de condenar). Não faria muito sentido, após estes proferimentos terem sido feitos (nas respectivas circunstâncias apropriadas), alguém perguntar 'mas é verdade?', pois o ponto do falante não era descrever nada. Como Austin coloca,

Estes exemplos deixam claro que proferir uma dessas sentenças (nas circunstâncias apropriadas, evidentemente) não é *descrever* o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar que o estou praticando: é *fazê-lo*. Nenhum dos proferimentos citados é verdadeiro ou falso. (1990: 24)

A segunda é que a ação realizada é exatamente aquela significada pelo verbo, de tal forma que, nestes casos, pronunciar a sentença que contém o verbo (da maneira e no contexto apropriados) é realizar a ação indicada pelo mesmo: em (1), um matrimônio é declarado e passa a existir (perante a igreja); em (2), uma aposta é feita (passa a existir); em (3), uma condenação é feita (i.e., um status jurídico passa a existir). Nestes casos, *dizer* é *fazer* a ação indicada.<sup>2</sup> Além disso, o proferimento daquelas sentenças é condição necessária para a realização daquelas ações; sem aqueles proferimentos, as ações não se concretizam. Contraste com um proferimento do tipo 'eu frito um ovo', no qual o ovo não fica frito pelo simples fato de eu proferir a sentença; ou 'eu subo a montanha', no qual eu não terei subido um milímetro apenas pelo fato de a ter proferido, por mais que eu repita a sentença.

A terceira é que, embora proferimentos deste tipo não sejam propriamente verdadeiros nem falsos (na opinião de Austin, embora isso não seja consensual, como veremos adiante, na seção 4), há uma série de circunstâncias e condições prévias para que eles sejam bem sucedidos. Tais condições são aquilo que Austin chama de *condições de felicidade*, e caso uma delas falhe, o proferimento é mal sucedido (ou *infeliz*, na terminologia de Austin). Por exemplo, (1) falha se proferido por alguém que não seja o padre conduzindo a cerimônia (ou se proferido antes do final da cerimônia); similarmente, (2) falha se, após seu proferimento, nenhum interlocutor diz 'eu aceito

<sup>2</sup> Não por acaso, o título da tradução brasileira é "Quando Dizer É Fazer".

a aposta' (ou algo parecido);<sup>3</sup> (3) falha se quem a proferir não for o juiz encarregado de julgar. Austin (1962, 2º cap.) delinea uma tipologia das condições de felicidade, que vão desde a existência de um procedimento convencional que inclua um proferimento do tipo correspondente à ação pretendida até as condições psicológicas apropriadas para um falante realizar o proferimento de maneira adequada. Correspondendo aos diferentes tipos de condições de felicidade, há diferentes maneiras em que um proferimento pode ser infeliz.<sup>4</sup>

Os proferimentos que têm esta característica especial (i.e., de constituírem a ação indicada pelo verbo) são chamados por Austin de *performativos*, em contraste com proferimentos que descrevem fatos independentes do mundo (sendo, portanto, verdadeiros ou falsos), que Austin chama de *constatativos*.<sup>5</sup> Em uma primeira aproximação, podemos notar que proferimentos performativos normalmente contêm o sujeito na primeira pessoa do singular, e algum verbo de um tipo especial (que Austin também chama de performativo) no tempo presente, no modo indicativo e na voz ativa (embora, como veremos mais adiante, isto não seja essencial para o efeito performativo).

Austin (1962, caps. iniciais) apresenta o fenômeno da performatividade como algo peculiar a certos proferimentos. A impressão que o leitor tem é que, por um lado, se trata de uma distinção razoavelmente precisa e intuitiva e, por outro, que a performatividade é um fenômeno isolado e restrito a uma classe pequena de enunciados

<sup>3</sup> Num certo sentido mais estrito, a aceitação da aposta por parte do interlocutor talvez não pudesse ser considerada parte do ato performativo em si; de qualquer forma, essa característica chama a atenção para o aspecto conversacional e pragmático da proposta de Austin.

<sup>4</sup> Austin também delinea no terceiro capítulo uma tipologia das "infelicidades", que incluem casos de proferimentos feitos sem que exista um sistema de regras que os ampare (e.g., dizer 'eu me divorcio de você' a um cônjuge num país em que simplesmente dizer não basta para divorciar), ou proferimentos feitos por pessoas ou em circunstâncias que não são as previstas (e.g., 'eu te declaro expulso do jogo' dito a um jogador de futebol por alguém que não é o árbitro da partida), e proferimentos sem as condições psicológicas apropriadas (e.g., fazer uma promessa sem a intenção de cumpri-la).

<sup>5</sup> Alguns tradutores preferem "constativo", como no verbete sobre ato de fala em Branquinho, Murcho e Gomes (2006: 81); ou em Levinson (2007, cap. 5), no qual aparecem as duas formas.

(i.e., aqueles onde ocorrem verbos performativos). No entanto, à medida que o texto progride, Austin paulatinamente muda de perspectiva e expande o caráter performativo a outros proferimentos. Inicialmente ele admite que a presença do verbo performativo não é essencial para que o proferimento seja performativo. Por exemplo, o mesmo efeito performativo que temos em (4), também encontramos em (5):

- (4) Eu o aconselho a procurar um médico.  
(onde ocorre o verbo performativo 'aconselho')
- (5) Você deveria procurar um médico.  
(onde não há ocorrência do verbo performativo)

Similarmente, em (6), temos um enunciado performativo, que tem o mesmo efeito que (7), sem que nem mesmo um verbo ocorra:

- (6) Cuidado com o cão!
- (7) Eu o advirto que o cão é perigoso.

Na sequência, Austin se convence de que este efeito (com ou sem a presença de um verbo performativo) é tão difundido a ponto de ser onipresente na comunicação. Mesmo proferimentos que antes ele chamou de constatativos estão sujeitos a condições de felicidade, e podem ser, da mesma maneira que uma promessa ou um batismo, bem sucedidos ou fracassados (para além do fato de dizerem algo verdadeiro ou falso). Ou seja, a distinção inicial entre proferimentos performativos e constatativos, que parecia bem motivada, é progressivamente dissolvida até chegar a ser vista como artificial (uma vez que, no fundo, todo proferimento efetivamente empregado na comunicação, mesmo aquele que se destina a descrever fatos do mundo, é performativo e sujeito a condições de felicidade). Nesta nova perspectiva, não é a presença do verbo que produz o efeito performativo, mas sim algo mais fundamental, e que estaria na base de todo uso linguístico em situações de comunicação, a saber, aquilo que Austin chama de *força ilocucionária*.<sup>6</sup> Como vimos, alguns proferimentos performativos (i.e., os casos mais claros) contêm a ocorrência de um

<sup>6</sup> "Força ilocucionária" tornou-se um termo de arte, e deriva do termo "Força Assertórica" ("*behauptende Kraft*"), de Frege.

verbo performativo (em primeira pessoa do singular, no presente do indicativo, na voz ativa, etc.), constituindo o que Austin chama de performativos *explícitos*. Mas há casos onde não há verbo performativos, e que podemos chamar de performativos *implícitos*.<sup>7</sup>

No contexto da filosofia de Austin (1962, especialmente), a noção de proferimento performativo é finalmente substituída pela noção de *ato ilocucionário*, que é o ato de fazer algo (comunicar, julgar, advertir, perguntar, etc.) com palavras. Austin entende um ato ilocucionário como a composição de dois sub-atos, a saber, um ato *locucionário* (que é a produção de proferimentos com sentido e referência determinados por convenções linguísticas e que se subdivide ainda em fonético (produção de sons), fático (produção de palavras de um vocabulário) e rético (produção de sequência de palavras com sentido convencional) e a adição ao mesmo de uma força *ilocucionária* particular. Em alguns casos (i.e., no caso dos performativos explícitos) a força ilocucionária é tornada explícita pelo próprio verbo empregado, enquanto nos casos de performativos implícitos ela é derivada de outros elementos tanto contextuais quanto convencionais (como, e.g., o tom de voz, o modo do verbo, a posição hierárquica daquele que faz o proferimento, etc.). Todo ato linguístico é um ato ilocucionário, i.e., tem alguma força ilocucionária agregada. E atos ilocucionários podem ou não causar no falante um efeito determinado (como convencer, assustar, divertir, etc.), sendo este último efeito aquilo que Austin chama de ato *perlocucionário*. Posteriormente, no campo filosófico, o interesse teórico em torno dos performativos acabou perdendo importância em vista da noção mais geral de força ilocucionária e de ato ilocucionário (especialmente no trabalho de Searle, o principal continuador de Austin). Mas ele continua a ser saliente no campo principalmente da linguística, conforme explicado mais adiante (ver seções 4 e 5).

## 2 A estrutura linguística dos performativos

Logo no início de sua apresentação, Austin identifica algumas propriedades formais da expressão linguística que é tipicamente usada em um proferimento performativo: "terão, como é natural, verbos usuais

<sup>7</sup> Austin (1990: 67) também chama estes casos de performativos *primários*.

na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa" (1990: 24). Ainda faz parte da tradição linguística identificar também um objeto de segunda pessoa (Ross 1970) e uma subordinada que expressa o conteúdo proposicional qualificado pelo ato ilocutório (Searle 1995: 2). Assim, um exemplo paradigmático de sentença performativa seria:

(8) Eu prometo a você que vou levá-lo ao aeroporto amanhã.

No entanto, é o próprio Austin que reconhece que o critério gramatical (ou lexical) não é suficiente para determinar a performatividade: "a pessoa e a voz não são essenciais" (1990: 60). Os exemplos que ele dá são:

(9) Pela presente está o senhor autorizado a pagar...

(10) Adverte-se aos passageiros que devem cruzar a via férrea somente pela ponte.

Na sentença (9), o sujeito está na terceira pessoa: 'o senhor' (ainda que a forma escolhida pelo tradutor não favoreça a compreensão, porque é um sujeito posposto, o critério de concordância com o verbo elimina qualquer suspeita: se fosse 'os senhores', o verbo teria que vir na forma 'estão'). Na sentença (10), a forma escolhida pelo tradutor se adequa melhor ao próximo exemplo de Austin:<sup>8</sup>

(11) Pela presente notifica-se que os intrusos serão processados.

Nos exemplos (10) e (11), de qualquer maneira, vemos formas da passiva sintética. Um exemplo mais claro da passiva performativa seria:

(12) Os passageiros foram avisados de que é proibido fumar dentro da aeronave.

Outros exemplos de sujeito na terceira pessoa são:

(13) A maioria dos alunos se compromete a não fazer mais nenhum uso de drogas.

<sup>8</sup> O exemplo original de Austin (1962: 57) é "Passengers are warned to cross the track by the bridge only", mas sua tradução literal pode soar pouco natural em português: 'os passageiros ficam advertidos que só devem cruzar os trilhos através da ponte'.

- (14) Os alunos se comprometem a não fazer mais nenhum uso de drogas.

E ainda que o sujeito esteja na primeira pessoa, ele pode vir no plural:

- (15) Nós prometemos que vamos levá-lo ao aeroporto amanhã.

Da mesma forma, o objeto em segunda pessoa não é uma necessidade e pode ser omitido:

- (16) Eu prometo que vou levá-lo ao aeroporto amanhã.

E o mais interessante é que, conforme notamos antes, o próprio verbo performativo também pode ser omitido:

- (17) Vou levá-lo ao aeroporto amanhã.

Mesmo sem o verbo performativo, a sentença (17) pode ser anunciada com sentido performativo de promessa.

Além das características tradicionais atribuídas às sentenças performativas paradigmáticas (com verbo principal performativo, no presente do indicativo, na forma ativa, com sujeito na primeira pessoa do singular e objeto na segunda pessoa), uma expressão em particular cumpre um papel importante na determinação empírica tanto da identificação da performatividade quanto, posteriormente, da Hipótese Performativa (ver adiante seção 5): o advérbio 'hereby'.<sup>9</sup>

Levinson (2007: 295) apresenta os seguintes exemplos:<sup>10</sup>

- (18) I hereby declare you Mayor of Castlebridge.

[Eu, por meio desta, o declaro prefeito de Castlebridge.]

- (19) ?I hereby now beat the eggs till fluffy.

[Eu, por meio desta, bato agora as claras em neve.]

- (20) ?I hereby jog ten miles on Sundays.

[Eu, por meio desta, corro quinze quilômetros aos domingos.]

<sup>9</sup> Outros advérbios, como 'frankly', também têm alguma função na postulação da chamada Hipótese Performativa, mas têm uma relevância menor para a performatividade.

<sup>10</sup> No livro de Levinson, os exemplos são numerados como (9a-c).

Ao contrário de (18), que inclui um verbo performativo e não apresenta nenhuma anomalia, nas sentenças (19) e (20), em que ocorrem verbos não performativos, o uso de 'hereby' torna a sentença anômala.<sup>11</sup>

Eckardt (2012: 25) mostra com muita clareza a força de elicitación da performatividade através dos exemplos abaixo:<sup>12</sup>

- (21) Most students hereby promise to refrain from using drugs.  
[A maioria dos estudantes, por meio desta, prometem evitar o uso de drogas.]
- (22) Most students promise to refrain from using drugs.  
[A maioria dos estudantes prometem evitar o uso de drogas.]

A sentença em (22), com sujeito na terceira pessoa do singular e quantificado, sem o advérbio 'hereby', é incapaz de realizar por si só (sem um suporte contextual adequado) um proferimento performativo. Já a sentença em (21), que é exatamente igual à sentença em (22), só que com 'hereby', está apta a ser usada performativamente por si só.<sup>13</sup>

Outra observação importante de Eckardt diz respeito à posição do advérbio 'hereby': ele precisa anteceder imediatamente o verbo performativo, como mostram as sentenças em (23)-(26):<sup>14</sup>

- (23) I am happy to hereby declare you the winner of the race.  
[Estou feliz de, por meio desta, declarar você o vencedor da corrida.]
- (24) \*I am hereby happy to declare you the winner of the race.  
[Estou, por meio desta, feliz de declarar você o vencedor da corrida.]

<sup>11</sup> Levinson (2007, ps. 7-8n) postula a marca '?', no início da sentença, para marcar alguma anomalia, sem identificar se ela é sintática, semântica ou pragmática.

<sup>12</sup> No texto original, os exemplos são numerados como (8) e (9).

<sup>13</sup> A sentença (22) é ambígua, podendo ser usada tanto como proferimento descritivo, quanto performativo. O importante a observar é que ela pode ser performativa, mas não há nada em sua estrutura que torne a sentença (22) necessariamente performativa, ao contrário da sentença (21).

<sup>14</sup> A numeração do original coincide com a numeração atribuída aqui.

- (25) I am awfully sorry to hereby announce my resignation.  
[Lamento profundamente que, por meio desta, anuncio a minha desistência.]
- (26) \*I am hereby awfully sorry to announce my resignation.  
[Lamento profundamente, por meio desta, que anuncio a minha desistência.]

As sentenças (23) e (25), nas quais o advérbio 'hereby' ocorre imediatamente antes dos verbos performativos 'declare' e 'announce', são plenamente gramaticais. Já as sentenças (24) e (26), nas quais o advérbio performativo acompanha os adjetivos 'happy' e 'sorry', são agramaticais.<sup>15</sup>

No entanto, Eckardt ainda observa que nem toda ocorrência de 'hereby' precisa acompanhar necessariamente um verbo performativo, como vemos nas sentenças (27) e (28) (Eckardt 2012: 26):

- (27) I inform you that you are hereby sacked.  
[Eu a(o) informo que você está, por meio desta, demitida(o).]
- (28) I hereby inform you that you are sacked.  
[Eu, por meio desta, a(o) informo que você esta demitida(o).]

Apesar da complexidade da distribuição sintática de 'hereby' (que leva a autora a concluir que nenhuma explicação sintática daria conta do efeito performativo), a função elicitadora do efeito performativo — como mostram os exemplos (21) e (22) — garantem ao advérbio 'hereby' uma grande importância enquanto teste empírico da performatividade (quando o ato é executado pelo próprio proferimento, característica qualificada pelo advérbio 'hereby').

No entanto, testar efetivamente a performatividade através do advérbio 'hereby' (ou da locução 'por meio desta', em português), não é simples porque ele tem um uso muito restrito a textos de natureza jurídica, como o próprio Austin reconhece (1990: 60), o que dificulta

<sup>15</sup> A autora usa as tradicionais marcas de agramaticalidade, ao contrário de Levinson, que costuma classificar essas anomalias sem se comprometer com a natureza delas.

o acesso a julgamentos de gramaticalidade ou de inferência dos falantes regulares da língua.<sup>16</sup>

### 3 Funcionamento e classificação

À primeira vista, como já foi dito, trata-se de um fenômeno bastante singular. Como pode ser que, se digo 'eu frito um ovo' por meio da mera elocução não ocorre de eu realmente ter fritado um ovo, mas se digo 'eu prometo que vou à sua festa' ou se um padre diz 'eu vos declaro marido e mulher', por meio das meras elocuições uma promessa foi feita ou um matrimônio (católico) foi efetivado?

O que explica que certas elocuições não têm efeito para além da emissão de sons (ou palavras escritas) com significado, enquanto outras são a ação correspondente (e criam um fato no mundo)? Talvez isto não devesse parecer tão estranho, pois há proferimentos que se auto-verificam, como

(29) Eu estou aqui agora.

(30) Um proferimento ocorre.

(31) Eu sei dizer uma sentença do português com dez palavras.

No entanto, nos exemplos acima, que o proferimento da sentença se autoverifique é uma decorrência meramente do significado das palavras envolvidas; portanto, a semântica das sentenças é tal que ela garante a verdade de qualquer de seus proferimentos.<sup>17</sup>

Embora haja uma enorme variedade de verbos performativos (expressando as mais diferentes ações correspondentes), Austin (1990: cap. 12, 121-132) procurou catalogar os verbos (do inglês) em cinco grandes categorias segundo o propósito geral de seu emprego:

<sup>16</sup> O texto jurídico é bastante formalizado, construído para obter um efeito argumentativo marcadamente técnico, o que determina normas rigorosas de produção, muitas vezes padronizadas, consideravelmente distantes do funcionamento espontâneo da fala corriqueira.

<sup>17</sup> Isto ocorre também no caso de verdades lógicas: qualquer de seus proferimentos é garantidamente verdadeiro em virtude do mero significado. Mas verdades lógicas também são verdades necessárias, i.e., verdadeiras em todo mundo possível. No entanto, nenhum dos exemplos acima mencionados corresponde a verdades necessárias.

1. **Veriditivos:** são verbos usados para fornecer, como o nome diz, um veredito (tanto em contextos jurídicos quanto nos demais contextos) baseado em evidências. Alguns exemplos: *reconhecer, julgar, diagnosticar, caracterizar, catalogar*, etc.
2. **Exercitativos:** são verbos usados para incentivar (ou coibir) algum curso de ação futura. Alguns exemplos: *ordenar, recomendar, implorar, sugerir*, etc.
3. **Comissivos:** são verbos usados para comprometer o falante com um certo curso de ação futura. Alguns exemplos: *prometer, assumir, dar a palavra, adotar, se opor*, etc.
4. **Comportamentais:** são verbos usados para expressar a atitude diante do comportamento de (ou eventos envolvendo) pessoas. Alguns exemplos: *desculpar, agradecer, deplorar, simpatizar, amaldiçoar*, etc.
5. **Expositivos:** são verbos usados para expor argumentos ou explicar a própria sequência de um discurso. Alguns exemplos: *afirmar, negar, relatar, concluir, explicar*, etc.

Embora a classificação de Austin seja hoje considerada pouco intuitiva e sem motivação clara, ela é interessante como uma primeira tentativa de tratamento sistemático dos vários performativos.

Searle (1975) critica a tipologia de atos ilocucionários de Austin, por um lado, por ser excessivamente centrada na catalogação dos verbos performativos (a partir da qual Austin parece pretender derivar a tipologia daqueles) e, por outro, pela falta de um método claro de classificação. Searle propõe então uma taxonomia própria, primariamente dos atos ilocucionários (uma das classes dos quais, segundo a sua explicação engloba todos os performativos). Nesta taxonomia (cujos detalhes não discutiremos aqui) Searle divide os atos ilocucionários em cinco grandes classes tomando como noção básica a *direção de ajuste* entre linguagem e mundo (i.e., a linguagem tendo que se adequar ao mundo, ou vice-versa). Uma destas cinco classes é a dos atos *declarativos*, cujo ponto ilocucionário é o de tornar um conteúdo proposicional verdadeiro através da própria elocução como em, por exemplo, 'a seção está suspensa até amanhã' (dita pelo juiz conduzindo um julgamento) ou 'você está demitido' (dita por um chefe a um funcionário). Nestes casos, o mero proferimento torna verdadeiro

o conteúdo proposicional. Estes são casos em que o sucesso do ato depende de uma autoridade institucional prévia (no caso, o juiz tem a prerrogativa de suspender uma seção, assim como o chefe tem a prerrogativa de demitir um funcionário). Alguns atos declarativos, no entanto, não requerem uma autoridade institucional prévia. Por exemplo, se digo 'eu lhe peço que venha', então o mero proferimento torna verdadeiro o conteúdo de que eu lhe peço que venha, e o mesmo ocorre para outros proferimentos performativos bem sucedidos. Por esta razão, Searle (1989) entende que proferimentos performativos são casos particulares de atos ilocucionários declarativos: o mero proferimento de uma sentença contendo um performativo (como 'eu pergunto se...' ou 'eu ordeno que...'), caso bem sucedido, a torna verdadeira (i.e., torna verdadeiro que eu perguntei ou que eu ordenei). Isto pressupõe um desvio da posição original de Austin segundo a qual proferimentos performativos não são nem verdadeiros nem falsos, conforme discutiremos na próxima seção.

De acordo com Searle, embora todo performativo seja um ato declarativo, nem todo ato declarativo é um performativo. Isto porque ele restringe a noção de proferimento performativo aos performativos explícitos (i.e., àqueles onde ocorre um verbo performativo, e isto é mais um desvio da concepção original de Austin para quem, como vimos, a presença de um verbo performativo não é essencial para um enunciado ser performativo). E.g., 'eu suspendo a seção até amanhã' é um proferimento performativo (e, caso bem sucedido, torna verdadeiro o fato de que eu suspendi a seção até amanhã), mas embora 'a seção está suspensa até amanhã' seja um ato declarativo e torne verdadeiro o fato de que a seção está suspensa até amanhã, não é um performativo. No primeiro caso, temos um fato linguístico (i.e., de que eu suspendo) e, no segundo caso, um fato não-linguístico (i.e., de que a seção está suspensa) tornados verdadeiros pelos respectivos proferimentos.

A perspectiva de Searle também difere da de teóricos como Bach e Harnish (1979), Lewis (1970) e García-Carpintero (2013), para os quais todos os proferimentos performativos do tipo esquematizado em (32) — onde  $V_p$  é o verbo performativo e  $P$  é o conteúdo proposicional — são um único tipo de ato ilocucionário, i.e., uma asserção de que eu performo a ação correspondente, sendo que os diferentes efeitos ilocucionários (pergunta, ordem, etc.) são derivados desta

asserção por mecanismos griceanos de implicaturas convencionais e conversacionais:<sup>18</sup>

(32) Eu  $V_p$  você que  $P$ .

Recanati (1987: 155-7) apresenta uma perspectiva diferente da de Searle (embora não necessariamente incompatível com a mesma, já que todos os pressupostos de sua metodologia são também aceitos por Searle em diferentes escritos). Ele divide todos os atos ilocucionários em duas grandes classes, a saber, a daqueles que têm um conteúdo proposicional (como promessas ou asserções) e aqueles que não têm conteúdo proposicional (como saudar alguém) ou nos quais o conteúdo proposicional não é claramente parte do ato (como congratular alguém).<sup>19</sup> A primeira grande classe por sua vez é divisível em duas sub-classes, sendo a primeira a daqueles atos em que o falante pretende mudar o mundo através da própria elocução (como promessas, ordens, etc.) e a segunda a daqueles atos nos quais o falante não tem esta intenção, sendo o conteúdo proposicional considerado verdadeiro (ou falso) independente da elocução. Recanati identifica os performativos como sendo a primeira sub-classe, e os constata-tivos a segunda sub-classe. Dentre os performativos, Recanati inclui (como três sub-divisões) aquilo que Searle chama de comissivos, diretivos e declarativos. Portanto, em um certo sentido, a perspectiva de Recanati é inversa à de Austin: enquanto, para este, atos ilocucionários são todos performativos; para aquele performativos são casos particulares de atos ilocucionários.

#### 4 Performativos e verdade

Consideremos agora novamente a relação entre performativos e verdade: seriam os proferimentos performativos bem sucedidos verdadeiros? Intimamente relacionada está a questão sobre os proferimentos performativos apresentarem um conteúdo descritivo.

<sup>18</sup> Sobre as implicaturas, ver Grice (1982), Levinson (2007), de Oliveira e Basso (2014).

<sup>19</sup> Recanati considera que, em casos como este, aquilo pelo qual se congratula alguém não é o conteúdo do ato propriamente, mas é apenas parte do contexto adequado onde o congratular se dá.

Há duas respostas conflitantes para esta questão, e Harris (1978) as chamou de interpretação *descritivista* e *anti-descritivista* dos performativos.

Austin defende, como vimos, a visão (anti-descritivista) de que performativos não são nem verdadeiros nem falsos, mas apenas bem sucedidos (se todas as condições de felicidade forem satisfeitas) ou infelizes (caso uma destas condições não seja satisfeita). Sua razão principal é que, por meio de um proferimento performativo, nas circunstâncias apropriadas, um falante está antes executando uma ação do que descrevendo esta ação (ou um fato pré-existente), e ações não são normalmente vistas como o tipo de coisa que pode ser verdadeira ou falsa (1963: 39). Sua tese de que proferimentos performativos não têm valor de verdade é diretamente ligada à hipótese de que eles não descrevem um fato.

A perspectiva de Austin foi bastante influente e encontrou eco em muitos filósofos e linguistas (e.g., Hartnack 1963, Black 1963, Harris 1978, Taylor e Wolf 1981, Recanati 1987, Jary 2007). No entanto, ela não é consensual, e muitos outros filósofos e linguistas têm a visão oposta, i.e., de que proferimentos performativos têm valor de verdade (sendo sempre verdadeiros quando bem sucedidos), que eles são tornados verdadeiros pelos fatos que eles descrevem, e estes fatos são criados pelos próprios proferimentos. Que fato é descrito pelo proferimento performativo? A resposta descritivista padrão é: eles descrevem o que o falante faz ao proferir estas palavras 'eu peço desculpas', 'eu prometo', 'eu declaro', etc., nas circunstâncias apropriadas. Lewis (1970), por exemplo, afirma que, porque proferimentos performativos dificilmente podem ser outra coisa exceto verdadeiros, é fácil ignorar (como Austin o fez) que eles têm valor de verdade. Mas eles poderiam ser falsos em circunstâncias não apropriadas (e.g., no teatro,<sup>20</sup> ou em condições absurdas como um sargento dando uma ordem a um general).

<sup>20</sup> Austin classifica como "estiolamento" esse tipo de condição (1990: 36). Nesta passagem, ele diz que a linguagem "não é levada ou usada a sério, mas de forma parasitária em relação ao seu uso normal", o que nem sempre conta com a simpatia dos linguistas, que normalmente não identificam qualquer diferença linguística entre textos de ficção literária, de teorias científicas ou de tratados filosóficos.

Lemmon (1962) argumenta que os performativos são parte de uma classe mais abrangente de proferimentos que são tornados verdadeiros simplesmente pelo próprio proferimento e, neste aspecto, não deveria haver nada de surpreendente sobre os mesmos. Hedenius (1963: 119) propôs a seguinte definição:

'S' é um performativo = 'S' é verdadeiro se e somente se o proferimento de 'S' causa o estado de coisas que torna 'S' verdadeiro e a função social de 'S' é ser proferida naquelas situações em que o proferimento de 'S' causa a verdade de 'S'

e procura mostrar que as principais razões aventadas pelos oponentes do descritivismo são, em geral, injustificadas.<sup>21</sup>

Alguns críticos tentam mostrar que a posição descritivista não é apenas equivocada como também incoerente. A crítica mais famosa neste sentido é a de Harris (1978), que propõe o que ele entende ser um dilema para a posição descritivista. Seu argumento é baseado no fato de, em muitas situações, podermos descrever corretamente uma ação fazendo um uso não-performativo de um verbo, mas o uso performativo nestas situações seria mal sucedido. Alguns dos exemplos de Harris (ligeiramente adaptados) são:

(33) *F* se desculpou com o poste de luz, e até mesmo o policial de plantão riu.

(34) *F* se desculpou em nome de *G*, mas o próprio *G* se recusou a fazê-lo.

Em ambas as situações, o uso performativo do verbo (i.e., *F* dizer 'Eu me desculpo') seria defectivo.<sup>22</sup> Mas suponha que, como a interpretação descritivista advoga, o performativo expressa uma descrição da ação correspondente. A descrição é verdadeira ou falsa nestas situações?

<sup>21</sup> Outros defensores da interpretação descritivista são Kempson (1975), Edmondson (1979, 1983), Spielmann (1980), Wiggins (1971) e, mais recentemente, Chierchia (2008: 241).

<sup>22</sup> A aceitação da suposta defectividade destes exemplos não é incontroversa. Em (33), se a ação de se desculpar com o poste não tivesse sido efetivamente realizada, o policial não teria do que rir; já na sentença (34), se *F* é legalmente responsável por *G* e *G* for legalmente inimputável, pode ser possível aceitar as desculpas de *F* em nome de *G*.

Se a considerarmos falsa (ou sem valor de verdade), estaremos adotando, para os usos performativos, um critério de verdade que é diferente daquele usado para descrições ordinárias, e muito mais estrito, uma vez que estas (que usam o verbo de maneira não-performativa) são verdadeiras nas situações indicadas. Portanto, o descritivismo se auto-refuta. Se, por outro lado, considerarmos a descrição como verdadeira, isto estaria em conflito com o fato de o performativo nestas situações ser defectivo. Portanto, o dilema de Harris é, em resumo, o seguinte: o descritivismo ou é auto-refutatório ou é materialmente inadequado. Isto está em contraste com a posição anti-descritivista:

Não surge um problema deste tipo nestes casos para o não-descritivista pela simples razão de que, para ele, a questão sobre se um proferimento performativo é verdadeira ou falsa não surge. (Harris 1978: 310)

O dilema de Harris deu origem a uma intensa discussão (especialmente entre linguistas) sobre os prospectos da interpretação descritivista. Edmondson (1979, 1983) tenta escapar do dilema (e, assim, salvar a interpretação descritivista) introduzindo uma distinção entre semântica e pragmática dos performativos, i.e., em algumas ocasiões (como aquelas ilustradas no dilema de Harris) um proferimento como 'eu me desculpo' pode ser verdadeiro, ainda que pragmaticamente o ato de se desculpar não tenha sido bem sucedido. Assim, significado e verdade de performativos (semântica) são, em sua opinião, independentes do sucesso em atingir o ponto ilocucionário (pragmática).

Wachtel (1980) vai na mesma direção ao distinguir "percorrer os movimentos de executar um ato de fala" (o que dá o conteúdo semântico de um proferimento performativo e suas condições de verdade) da satisfação de suas condições de felicidade (o que não está nem contido e nem é implicado por "percorrer os movimentos de executar um ato de fala").

Taylor e Wolf (1981) criticam Edmondson (e, por extensão, também Wachtel) por entenderem que sua tentativa de escapar do dilema torna a posição descritivista ainda mais insustentável porque ela se baseia na hipótese de que alguém pode descrever corretamente um ato ilocucionário como 'ele  $\phi$ -ou' mesmo quando as condições de felicidade de  $\phi$ -ar não são satisfeitas.

Finalmente, Rajagopalan (1984) entende que ambas as posições são compatíveis na medida em que elas tratam de aspectos distintos de atos ilocucionários: o lado semântico (interpretação descritiva) e o ato ele mesmo (interpretação antidescritivista).

## 5 A Hipótese Performativa

Todo ato comunicativo (que Austin chama de *ato ilocucionário*) envolve algum tipo de força ilocucionária, a qual ou está explícita pela ocorrência de um verbo performativo (no caso dos performativos explícitos) ou, em princípio, poderia ser tornada explícita por um verbo correspondente nos casos em que o verbo não ocorre (no caso dos performativos implícitos). Assim, performativos implícitos como

(35) Que horas são?

(36) Saia da sala!

(37) Eu irei à sua festa.

podem ter a sua força ilocucionária tornada explícita pela adição dos verbos abaixo em itálico e dos pronomes correspondendo aos interlocutores:

(38) Eu *pergunto* a você que horas são.

(39) Eu *ordeno* a você que saia da sala.

(40) Eu *prometo* a você que irei à sua festa.

Para todo e qualquer ato ilocucionário, há um verbo performativo que significa aquele tipo de ação (perguntar, jurar, afirmar, convidar, ordenar, sugerir, insistir, etc.). No caso de performativos explícitos, o efeito performativo claramente se deve à ocorrência do verbo performativo (pronunciado nas condições apropriadas). Mas, e no caso de performativos implícitos, a que se deve o efeito performativo? Esta questão deu origem a uma controvérsia na literatura, originalmente em filosofia da linguagem e, posteriormente, liderada pelos linguistas (uma vez que a discussão paulatinamente evoluiu para a apresentação de evidências empíricas para uma e outra posição).

De um lado, temos a hipótese de que o que confere a força ilocucionária no caso de performativos implícitos são elementos contextuais não necessariamente realizados gramaticalmente (e.g., o tom de voz<sup>23</sup> ou gestos que acompanham o proferimento, ou o contexto conversacional no qual ela é inserida.)

De outro lado, temos uma tese (originalmente proposta por Ross 1970) de acordo com a qual todos os enunciados performativos implícitos *S* têm a estrutura

(41) Eu, por meio deste proferimento,<sup>24</sup>  $V_p$  a você que *S*

onde  $V_p$  é o verbo performativo indicando a força ilocucionária. Note-se que nem o pronome de primeira pessoa 'eu' (indicando o falante), na posição de sujeito, nem o de segunda pessoa 'você' (indicando o interlocutor), na posição de objeto indireto, nem a locução adverbial 'por meio deste proferimento' e nem o verbo performativo  $V_p$  ocorrem no proferimento performativo implícito; mas eles ocorrem, de acordo com esta hipótese, na sua estrutura profunda.<sup>25</sup> Assim, (38), (39) e (40), acima, não apenas são formas de tornar explícita a

<sup>23</sup> Apesar da tradição linguística ter dado menos atenção a questões entoacionais (o que pode gerar a impressão de que nenhum aspecto da entonação seja gramatical), alguns fenômenos relacionados à entonação são efetivamente gramaticalizados. O que distingue uma asserção de uma pergunta, por exemplo, são suas respectivas curvas entoacionais: a asserção é produzida com um tom de voz constante que declina no final; uma interrogação é feita elevando-se a entonação no foco da pergunta (assim, uma pergunta como 'Pedro ama Maria?' pode ter três interpretações determinadas pelas diferentes entonações empregadas: 1) é Pedro que ama Maria?, 2) é Maria que Pedro ama?, 3) é de amor a relação entre Pedro e Maria?). No caso dos performativos, não conhecemos nenhuma investigação sobre sua relação com os padrões entoacionais.

<sup>24</sup> 'Por meio deste proferimento' é uma tradução da expressão 'hereby' do inglês; a ideia é que o proferimento contenha essencialmente uma referência ao próprio proferimento.

<sup>25</sup> O conceito de 'estrutura profunda' foi cunhado nos primórdios da Gramática Gerativa, inicialmente para resolver questões como a inversão de ordem nas perguntas interrogativas como 'Who does John love?', em que o pronome interrogativo 'who' não aparece na posição canônica do objeto de 'love' (e, correlativamente, das subordinadas relativas; ver, por exemplo, Chomsky (1975: ps. 217-237 e 2015: ps. 87-123) e Pinheiro Lobato (1986: 191-216); assim, esta sentença seria, na verdade, a estrutura superficial correspondente a 'John does love who?', sua

força ilocucionária de (35), (36) e (37), respectivamente, mas também são uma representação daquilo que, embora não ocorra na superfície gramatical dos respectivos proferimentos, ocorre em sua estrutura profunda. Tal hipótese, i.e., da presença de performativos na estrutura profunda (originalmente formulada por Ross (1970) passou a ser conhecida na literatura como a *Hipótese Performativa* (HP), e ela tem um caráter absolutamente geral uma vez que toda a elocução produzida na comunicação (perguntas, afirmações, promessas, convites, etc.) corresponde a uma ação que pode ser tornada explícita por um verbo performativo.

Seguindo Levinson (2007: 317) e Gazdar (1979: 18), HP em sua forma mais radical é a conjunção das seguintes sub-hipóteses:

1. Todo período gramatical tem uma oração performativa na estrutura profunda ou subjacente.
2. O sujeito dessa oração é a primeira pessoa do singular, o objeto indireto é a segunda pessoa do singular e o verbo é tirado de um conjunto limitado de verbos performativos e conjugado no presente simples ativo do indicativo (ou é associado com a representação subjacente deste).
3. Esta oração é sempre a oração mais alta na estrutura subjacente ou, pelo menos, sempre ocorre numa posição determinável nesta estrutura.
4. Só há uma oração de tal tipo por período gramatical.
5. A oração performativa é suprimível, sendo que tal supressão não muda o significado da sentença.
6. A força ilocucionária é semântica (no sentido vericondicional) e é inteiramente especificada pelo significado da própria oração performativa.<sup>26</sup>

estrutura profunda (características específicas do inglês obrigariam o fronteamo do pronome interrogativo, e ainda a inversão de ordem do auxiliar 'do').

<sup>26</sup> Conforme Levinson (2007: 318) observa, alguns proponentes da HP eliminaram algumas das cláusulas da formulação radical acima para acomodar uma ou outra possibilidade não prevista na mesma.

A última sub-hipótese acima indica que a discussão em torno da HP é, na verdade, mais profunda, i.e., se a força ilocucionária é redutível ou não ao significado verifuncional de termos ocorrendo (explícita ou implicitamente) na sentença. Em outras palavras, se a HP estiver correta, toda a teoria de performativos e de força ilocucionária é redutível à estrutura sintática e à interpretação verifuncional.<sup>27</sup> Mas isto é altamente controverso.

Controversa ou não, a HP é apoiada por algumas evidências empíricas. Por exemplo, o fato de que certos proferimentos são aceites como bem formados, ainda que neles ocorram advérbios cuja função aparentemente é modificar um verbo que indica o ato que o falante quer produzir, o que leva à conclusão de que deve haver um verbo deste tipo implícito na sentença. E.g., considere um proferimento da seguinte sentença:

(42) Francamente, o time adversário jogou melhor.

Em (42), o advérbio 'francamente' não está modificando nenhum verbo que ocorra na superfície da sentença (não há na sentença um verbo que designe algo que possa ser qualificado pela sua franqueza), e a explicação mais natural é que esteja modificando um verbo implícito como 'afirmo'. Da mesma maneira, em

(43) Meu carro já está pronto? Porque eu tenho um compromisso em meia hora

a cláusula que segue 'porque' não está modificando nenhum elemento visível na sentença, e a explicação mais natural é que ela esteja modificando o verbo implícito 'pergunto'.

Outra evidência é a presença de expressões anafóricas como 'eu mesmo'<sup>28</sup> em proferimentos como

(44) Quem pintou a parede fui eu mesmo.

<sup>27</sup> Esta é a versão, e.g., de Lakoff (1972, 1975) e Sadock (1977).

<sup>28</sup> Exemplos deste tipo em inglês (e.g., 'Solar energy was invented by God and myself' (Levinson 1983: 248) empregam o termo 'myself', que é um pronome reflexivo. Em português 'eu mesmo' não é um pronome reflexivo, mas o fenômeno é bastante similar.

A sentença parece perfeitamente gramatical, embora não exista na mesma um antecedente explícito ao qual 'eu mesmo' esteja ligado. A explicação mais natural para a gramaticalidade é que 'eu mesmo' esteja sendo ligado por um antecedente implícito (i.e., ao sujeito do proferimento associado ao verbo principal, também implícito) ocorrendo na estrutura profunda,<sup>29</sup> que deveria ser algo da seguinte forma:

(51) Eu afirmo que quem pintou a parede fui eu mesmo.

Embora tenha havido alguma evidência empírica apoiando a HP, uma quantidade consideravelmente maior de evidência foi levantada contra a mesma. A dificuldade mais saliente vem do fato de que

(52) A Terra é plana.

precisa ter, segundo a HP, a mesma estrutura profunda

(53) Eu afirmo que a Terra é plana.

Mas, para a verdade de (53), basta que eu afirme que a Terra é plana, enquanto isto não parece ser suficiente (malgrados os movimentos terraplanistas recentes) para que (52) seja verdadeira. Ou seja, (53) e

<sup>29</sup> Um pronome reflexivo como 'myself', ao contrário de um pronome como 'me', demanda um antecedente dentro de um determinado domínio (geralmente a própria sentença em que ele está). Assim, nas sentenças abaixo, quando 'myself' e 'I' estão na mesma sentença (45 e 47), as sentenças são gramaticais; quando não estão (49), as sentenças são agramaticais. Em relação a 'me' e 'I', é o contrário: só são gramaticais quando estão em sentenças diferentes (50); quando estão na mesma sentença (46 e 48), são agramaticais.

(45) I saw myself.

(46) \*I saw me.

(47) I believe that I saw myself.

(48) \*I believe that I saw me.

(49) \*I believe that Tom saw myself.

(50) I believe that Tom saw me.

Esse padrão levou os gerativistas a cunharem um princípio de distribuição: anáforas como 'myself' precisam encontrar seu antecedente dentro de um domínio, enquanto pronomes como 'me' não podem ter seu antecedente dentro daquele mesmo domínio (Miotto, Figueiredo Silva, Lopes 2013: ps. 207-236).

(52) têm condições de verdade diferentes, ao contrário daquilo que prevê a HP.<sup>30</sup>

## 6 Conclusão

De um ponto de vista linguístico, o fenômeno da performatividade suscita questões interessantes sobre a fronteira entre teorias semânticas e pragmáticas. Como vimos, apesar de ter sido inicialmente motivado por questões lexicais (a identificação de que certos verbos, chamados por Austin de *performativos*, davam à sentença uma propriedade diferente das demais declarativas: a de não descreverem uma ação, e sim a executarem), a possibilidade da interpretação performativa surgir mesmo na ausência das expressões a ela associadas (o verbo performativo, o sujeito na primeira pessoa e o objeto indireto na segunda pessoa), parece indicar que o fenômeno pragmático não se deixa reduzir ao fenômeno gramatical; e como a interpretação performativa pode não ser adequada mesmo na presença das referidas expressões, o que se conclui é que a interpretação performativa pode depender de elementos contextuais extra-linguísticos. Por outro lado, devido ao fato de proferimentos performativos gerarem fatos para além do próprio proferimento (promessas, contratos, matrimônios, etc.), o estudo de seu funcionamento tem um interesse não apenas para a filosofia da linguagem e a linguística, mas é também essencial para a compreensão de aspectos fundacionais das instituições humanas como os sistemas políticos e os diferentes tipos de ordenação jurídica e econômica.<sup>31</sup>

Marco Ruffino

Departamento de Filosofia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Luiz Arthur Pagani

Departamento de Literatura e Linguística, Universidade Federal do Paraná (UFPR)

<sup>30</sup> Para algumas tentativas fracassadas de contornar estas dificuldades, bem como evidências adicionais contra a HP ver Levinson (2007: ps.319-330).

<sup>31</sup> Este trabalho teve o apoio da FAPESP (Proc. 2018/17011-9) e do CNPq (Proc. 428084/2018-4).

## Referências

- Austin, J. L. 1962. *How to do Things with Words*. Oxford: Clarendon.
- Austin, J. L. 1963. Performative-constative. In *Philosophy and Ordinary Language*, ed. por Charles Caton. University of Illinois Press, 22-54.
- Austin, J. L. 1979. Performative utterances. In *Philosophical Papers*, 3ª ed. Oxford Academic Press, 233-252.
- Austin, J. L. 1990. *Quando Dizer é Fazer*. Traduzido por Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bach, Kent e Harnish, Robert M. 1979. *Linguistic Communication and Speech Acts*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Black, M. 1963. Austin on Performatives. *Philosophy* 38(145): 217-226.
- Branquinho, João, Murcho, Desidério e Nelson Gonçalves Gomes (eds.) 2006. *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Chierchia, Gennaro. 1997. *Semantica*. Milão: Il Mulino.
- Chierchia, Gennaro. 2003. *Semântica*. Traduzido por Luiz Arthur Pagani, Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas e Londrina: Editora da UNICAMP e Editora da UEL.
- Chierchia, Gennaro. 2008. *Semântica*. 2ª edição traduzida por Luiz Arthur Pagani, Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas e Londrina: Editora da UNICAMP e Editora da UEL.
- Chomsky, Noam. 1957. *Syntactic Structures*. The Hage: Mouton.
- Chomsky, Noam. 1965. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Chomsky, Noam. 1975. *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. Traduzido por José António Meireles e Eduardo Raposo. Coimbra: Arménio Amado.
- Chomsky, Noam. 2015. *Estruturas Sintáticas*. Traduzido por Gabriel de Ávila Othero e Sérgio de Moura Menuzzi. Petrópolis: Editora Vozes.
- Davidson, Donald e Harman, Gilbert (eds.) 1972. *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: D. Reidel.
- Eckardt, Regine. 2012. Hereby explained: A event-based account of performatives. *Linguistics and Philosophy* 35(1): 21-55.
- Edmondson, W. 1979. Harris on performatives. *Journal of Linguistics* 15(2): 331-334.
- Edmondson, W. 1983. The descriptivist and performatives (again). *Journal of Linguistics* 19(1): 183-185.
- García-Carpintero, Manuel. 2013. Explicit performatives revisited. *Journal of Pragmatics* 49(1): 1-17.
- Gazdar, Gerald. 1979. *Pragmatics: Implicature, Presupposition and Logical Form*. New York: Academic Press.
- Grice, H. Paul. 1975. Logic and conversation. In *Syntax and Semantics - Volume 3: Speech Acts*, ed. por Peter Cole e J. Morgan. New York: Academic Press, 41-58.
- Grice, H. Paul. 1982. Lógica e conversação. In *Fundamentos Metodológicos da Linguística - Volume IV: Pragmática, Problemas, Críticas, Perspectivas da Linguística, Biografia*, ed. por Marcelo Dascal. Campinas: Edição do próprio organizador, 81-103.
- Grice, Paul. 1989. *Studies in the Way of Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Harris, R. 1978. The descriptive interpretation of performative utterances. *Journal of Linguistics* 14(2): 309-310.
- Hartnack, J. 1963. The performatory use of sentences. *Theoria* 29(2): 137-146.
- Hedenius, I. 1963. Performatives. *Theoria* 29: 115-136.
- Jary, M. 2007. Are explicit performatives assertions? *Linguistics and Philosophy* 30(2): 207-234.

- Kempson, Ruth M. 1975. *Presupposition and the Delimitation of Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lakoff, George. 1972. Linguistics and natural logic. In *Semantics of Natural Language*, ed. por Donald Davidson e Gilbert Harman. Dordrecht: D. Reidel, 545-665.
- Lakoff, George. 1975. Pragmatics in natural logic. In *Formal Semantics of Natural Language*, ed. por Edward L. Keenan. New York: Cambridge University Press, 253-286.
- Lemmon, E. J. 1962. On sentences verifiable by their use. *Analysis* 22(4): 86-89.
- Levinson, Stephen C. 1983. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Levinson, Stephen C. 2007. *Pragmática*. Traduzido por Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes.
- Lewis, David. 1970. General semantics. *Synthese* 22: 18-67.
- Lewis, David. 1983. *Philosophical Papers - Vol. 1*. New York: Oxford Academic Press.
- Pinheiro Lobato, Lúcia Maria. 1986. *Sintaxe Gerativa do Português - Da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação*. Belo Horizonte: Vigília.
- Mioto, Carlos, Figueiredo Silva, Maria Cristina e Ruth Lopes. 2013. *Novo Manual de Sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- Pires de Oliveira, Roberta e Basso, Renato Miguel. 2014. *Arquitetura da Conversação - Teoria das Implicaturas*. São Paulo: Parábola.
- Rajagopalan, K. 1984. The Harris-Edmondson dispute: identifying the strawmen. *Journal of Linguistics* 20(2): 251-256.
- Recanati, F. 1987. *Meaning and force: The pragmatics of performative utterances*. Cambridge University Press.
- Ross, John Robert. 1970. On declarative sentences. In *Readings in English Transformational Grammar*, ed. por Roderich A. Jacobs e Peter S. Rosebaum. Waltham, MA: Ginn.
- Sadock, J. M. 1977. Aspects of linguistic Pragmatics. In *Proceedings of the Texas Conference on Performatives, Presupposition, and Implicatures*, ed. por A. Rogers et al. Arlington: Center for Applied Linguistics, 67-78.
- Searle, John R. 1975. A taxonomy of illocutionary acts. In *Language, Mind, and Knowledge*, ed. por Keith Gunderson. Minneapolis: University of Minnesota Press, 344-369.
- Searle, John R. 1989. How performatives work. *Linguistics and Philosophy* 12(5): 535-558.
- Searle, John R. 1995. *Expressão e Significado*. Traduzido por Ana Cecília A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes.
- Searle, John R. 1995. Uma taxonomia dos atos ilocucionários. In *Expressão e Significado*. Traduzido por Ana Cecília A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1-46.
- Spielmann, R. 1980. Performative utterances as indexical expressions comment on Harris. *Journal of Linguistics* 16(1): 89-93.
- Taylor, T. J. e Wolf, G. 1981. Performatives and the descriptivist's dilemmas. *Journal of Linguistics* 17(2): 329-332.
- Wachtel, T. 1980. Going through the motions. *Journal of Linguistics* 16(1): 85-88.
- Wiggins, D. 1971. A reply to Mr. Alston. In *Semantics*, ed. por D. D. Steinberg e L. A. Jakobovits. Cambridge: Cambridge University Press, 48-52.